

Os serviços de assistência escolar à criança pobre no Acre (décadas de 1930 e 1940)

School assistance services for poor children in the territory of Acre (1930s and 1940s)

DOI:10.18226/21784612.v28.e023031

Giane Lucélia Grotti¹

Juarez José Tuchinski dos Anjos²

Resumo: Este artigo, de cunho historiográfico, tem por objetivo analisar os serviços de assistência escolar voltados à criança pobre no Território Federal do Acre entre as décadas de 1930 e 1940. Toma-se por fonte privilegiada o jornal *O Acre*, editado em Rio Branco, capital do território, e com circulação em todo o estado. Dialogando com o ideário nacionalista e assistencialista em circulação na Era Vargas – e mesmo nos primeiros anos pós-Estado Novo – foram identificados, nas páginas do jornal *O Acre*, dois tipos de serviços voltados à assistência da criança pobre na escola acreana: a Caixa Escolar e a Sociedade Pestalozzi do Acre. No que diz respeito à Caixa Escolar, pudemos observar que, embora seja um modelo de assistência anterior ao período em tela, foi apropriada no território do Acre como uma inovação, havendo investimento na arrecadação de recursos a serem destinados aos estudantes pobres ao longo de toda a década de 1930, ainda que nem sempre tenhamos podido obter maiores detalhes sobre seu funcionamento, em função de limitações empíricas, próprias da fonte consultada. No que toca à Sociedade Pestalozzi do Acre, tivemos oportunidade de notar que, diferentemente de suas congêneres, esta não se dedicou ao atendimento da criança com deficiência, mas, antes, do escolar pobre, promovendo o provimento material do estudante carente e obtendo, inclusive, resultados significativos nos anos finais da década de 1940, conforme evidenciado pelo jornal *O Acre*. Ainda que essa instituição tenha sido criada já no período de redemocratização, ela, sem dúvida, partilhava dos mesmos ideais assistencialistas da Era Vargas.

Palavras-chave: História da Educação. Assistência Escolar. Acre. Era Vargas. Século XX.

¹ Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre.

² Doutor em Educação. Professor de História da Educação e História da Educação Brasileira no Departamento de Teoria e Fundamentos e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Abstract: This historiographical paper is aimed at analyzing the school assistance services aimed at poor children in the Federal Territory of Acre during the 1930s and 1940s. The newspaper *O Acre*, published in the capital of the territory, Rio Branco, with circulation throughout Acre, was used as a privileged source. Dialoguing with the nationalist, welfarist ideas in force during the Vargas Era – and even in the first post-Estado Novo years – two types of services aimed at supporting poor children in schools of Acre were identified in the pages of the newspaper *O Acre*: the Caixa Escolar (school funding body) and the Sociedade Pestalozzi do Acre. With regard to Caixa Escolar, it was possible to observe that although this assistance model is previous to the studied period, it was appropriated in the territory of Acre as an innovation, with investments in the collection of resources to be allocated to poor students throughout the 1930s, although it was not always possible to obtain greater details about its operation, due to empirical limitations that are typical of the researched source. Regarding the Sociedade Pestalozzi do Acre, it was possible to observe that unlike its counterparts, it was not dedicated to the care of children with disabilities, but rather to poor students, promoting the provision of material for needy students, achieving significant results in the final years of the 1940s, as evidenced by the newspaper *O Acre*. Although this institution was created during the redemocratization period, it undoubtedly shared the same welfare ideas of the Vargas Era.

Keywords: History of Education. School Assistance. Acre. Vargas Era. Twentieth century.

Introdução

Uma das preocupações que emerge no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, marcadas, em grande parte, pelas políticas autoritárias, nacionalistas e centralizadoras de Getúlio Vargas, é a da assistência social aos mais pobres. Durante seu governo, estruturaram-se diversos serviços de assistência à maternidade, à infância e à juventude trabalhadora, como demonstrado por Cynthia Pereira de Sousa (2000). Sua esposa, Darcy Vargas, em nome de uma filantropia aliada ao Estado, esteve à frente de diversas iniciativas nesse campo, sendo famosa a sua atuação junto à Legião Brasileira de Assistência (SIMILI, 2008).

Tais preocupações assistencialistas chegaram, também, às escolas, uma vez que o atendimento das carências do alunado foi alçado à condição essencial para o adequado funcionamento da instituição escolar e do processo de escolarização. Como essas inquietações se manifestaram numa região geograficamente isolada

e de povoamento recente, como era o Território Federal do Acre nessa época? Que iniciativas locais foram tomadas para garantir o acesso e a permanência da criança pobre nos bancos escolares? No intuito de responder essas questões, este artigo tem por objetivo analisar os serviços de assistência escolar voltados à criança pobre no Território Federal do Acre entre as décadas de 1930 e 1940.

A fonte privilegiada nesta pesquisa é o jornal *O Acre*, editado em Rio Branco, capital do território, e com circulação em todo o estado. Atentos às ponderações do historiador Robert Darnton (1996), entendemos que o jornal, ao dar visibilidade às iniciativas de assistência à infância, não se limitava a relatá-las, mas tornava-se “ingrediente dos acontecimentos” (DARNTON, 1996, p. 15), visando interferir na realidade e somar-se às ações que almejavam materializar formas de auxílio à criança escolar em Rio Branco. As notícias que estampavam mais do que reflexos da realidade relatada, são, assim, encaradas não como *o que aconteceu*, mas sim “*relatos sobre o que aconteceu*” (DARNTON, 2005, p. 41, grifos nossos), tentativas de produzir nos leitores sentidos e significados para a informação que era transmitida nos prelos tipográficos.

No processo de leitura do jornal *O Acre* foram identificadas duas iniciativas em particular para a assistência da infância na escola: a Caixa Escolar e as ações da Sociedade Pestalozzi do Acre. Nas páginas que seguem, após uma breve contextualização da relação entre educação e assistência no governo Vargas, analisaremos cada uma dessas iniciativas. Ao final, encerramos o artigo com algumas considerações, a modo de conclusão.

Educação e assistência na Era Vargas

Na década de 1930, segundo Kazumi Munakata (1996), educação, centralismo, autoritarismo e nacionalização eram ideias bastante caras a diversos setores da sociedade brasileira. Pode-se dizer, a partir disso, que o Estado, de 1930 a 1937, foi aproximando-se dos diversos setores que, influenciados por esse pensamento, vieram a consolidá-lo, a partir de 1937, como o Estado Novo, aquele Estado de Compromisso, que, sem representar diretamente um ou outro grupo, procurou dialogar com todos para deles tirar sua força e autoridade.

Em matéria de educação, mais do que com o grupo dos chamados Pioneiros da Educação Nova, que na versão de Fernando de Azevedo (1963) teriam saído vitoriosos no embate com os católicos na ABE, tendo suas posições assumidas pelo governo (ainda que alguns deles, como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, de fato, tenham ocupado lugar de destaque no Estado Novo), o governo de Getúlio Vargas dialogou, efetivamente, segundo José Silvério Baia Horta (2012), com as aspirações das forças armadas e da Igreja.

Os militares viam a educação como problema de segurança nacional, entendendo que, a partir dela, seria possível disciplinar a população, preparando-a para enfrentar inimigos externos e, sobretudo, a partir do crescente autoritarismo do Estado, inimigos internos, representados pelos que se opunham à nova ordem política. Já a Igreja, preocupada com a educação moral, via a educação religiosa como caminho para o reforço da (sua) autoridade e da disciplina (BAIA HORTA, 2012).

Dessas duas posições, a política educacional de Vargas, mediada por seus dois ministros da Educação – Francisco Campos e Gustavo Capanema –, tiraria o essencial para a produção de uma escola centralizada nos programas, nos conteúdos e na organização e bastante ciosa de manter sob a autoridade do Estado as gerações mais novas, atendendo tanto algumas demandas dos militares como da Igreja, fazendo dessas instituições um dos seus sustentáculos. De fato, tanto militares como religiosos viam no Estado forte o único caminho para o alcance de seus objetivos educacionais.

Compondo esse projeto de formação de nação, a educação no Acre não deixou de cumprir com sua parte, estabelecendo parceria com as ações da assistência e provendo às crianças pobres matriculadas nas escolas os recursos necessários para sua adequada formação. A escola também, como uma instituição formadora de hábitos e comportamentos, contribuiu para esse processo por meio de instituições supletivas – creches, educandários, orfanatos, patronatos, clínicas-escolas e hospitais-escolas –, todas imbuídas de cuidar das crianças, assisti-las e educá-las de modo a promover a sua formação integral.

Segundo Ricardo Pereira (1999, p. 170, grifos do autor), o tratamento dispensado à criança no contexto do Estado Novo buscou a “mobilização em favor do projeto de bem criar os *filhos da Nação*”. Essa busca provinha de “concepções políticas autoritárias” no Brasil assim como nos países em que os preceitos eugênicos estavam sendo adotados. A educação escolar não deixou de receber intervenções nesse sentido, por meio da assistência ao escolar.

Não se pode falar da assistência à criança na escola sem localizar o contexto nacional da educação no período. Entre os anos de 1934 e 1945, dirigiu o Ministério da Educação e Saúde (MES), a convite do presidente Getúlio Vargas, o professor e advogado Gustavo Capanema. No período em que esteve à frente desse ministério, ele procurou atender aos anseios da proposta varguista de formação de um novo homem para uma nova sociedade.

Schwartzman *et al.* (1984, p.182-183) asseveram que, naquele momento, a educação em nível nacional almejada pelo governo tinha

[...] por objetivo “formar o homem completo, útil à vida social. Pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas” sendo tarefa precípua da família e dos poderes públicos. A transmissão de conhecimento seria sua tarefa imediata, mas nem de longe a mais importante. Fazia ainda parte dos princípios gerais a definição do que se devia entender por “espírito brasileiro” (“orientação baseada nas tradições cristãs e históricas da pátria”) e “consciência da solidariedade humana” (“prática da justiça e da fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais”), termos que a Constituição utilizava para caracterizar os objetivos gerais da educação nacional [...]. Com efeito, sob o prisma da perspectiva governamental à época, fazia-se imperativo instituir mudanças na educação, de modo que foram promovidas grandes reformas nos vários níveis e modalidades de ensino. Tais reformas buscavam a formação desse homem que viesse a satisfazer as necessidades dessa nova sociedade, em vista de constituir o “espírito brasileiro”, fortalecendo o ensino moral e cívico bem como reforçando a construção do sentimento patriótico, de brasilidade.

Foi durante a administração do Ministro Gustavo Capanema que políticas de saúde voltadas à mãe e à criança tiveram uma posição de destaque, quando da criação de serviços particularizados

à maternidade e à infância. Como evidência dessa preocupação com o binômio mãe-filho, tem-se a criação da “Divisão de Amparo à Maternidade e a Infância. Pouco depois, em fevereiro de 1940, ela seria extinta com a criação do Departamento Nacional da Criança” (HOCHMAN, 2005, p. 136). Esse órgão passou a cumprir com a assistência à criança e à mãe, vinculado, portanto, ao Departamento de Educação e Saúde, que tratou de estabelecer parcerias com instituições de assistência social para o cumprimento das estratégias governamentais no tocante à saúde materno- infantil.

As escolas, consideradas como campo fértil de atuação para a realização da profilaxia da saúde da população, passaram a se tornar o foco de intervenção das prescrições médicas e da assistência, uma vez que era a escola pública o lugar para onde afluía a população pobre, considerada detentora das enfermidades.

Dentro desse contexto de políticas impetradas pelo Estado Novo, a escola foi colocada como espaço adequado à formação moral e higiênica das crianças, mas não somente delas, pois as

[...] orientações de uma educação sanitária estenderam-se além da prática educativa escolar, buscando ampliar o raio de ação higiênico-sanitário para atingir a população em geral. Os princípios da eugenia estavam presentes no pensamento nacionalista que dominou este período à procura da melhor forma física e mental para o povo brasileiro (MIGUEL *et al.*, 2008, n.p.).

Tais fundamentos eugênicos difundidos pelos discursos médicos para sanear a população, frente à bandeira nacionalista de desenvolvimento e progresso almejado, produziram medidas e prescrições colocadas em prática por meio também das escolas. Dentro do contexto acreano, mesmo sendo um território demasiadamente distante dos grandes centros urbanos, algumas práticas socialmente aceitas e referendadas foram implementadas, embora houvesse algumas alterações e reiterações na busca pela participação da sociedade nesse processo de fortalecimento da nação. Uma das práticas de assistência, voltada à captação de recursos financeiros que pudessem ser revertidos em prol dos estudantes pobres, foi a instituição da Caixa Escolar, como veremos na seção seguinte.

A Caixa Escolar e o auxílio aos estudantes pobres

Era comum serem publicadas matérias para sensibilizar a sociedade quanto à condição de miséria em que se encontravam alguns escolares no Acre, como a que temos a seguir:

Educação e Ensino:

O PAUPERISMO ENTRE OS ESCOLARES

Seria preciso não ter a alma engolfada no amor pelas crianças para deixar de sentir qualquer coisa de estranho diante da condição de inferioridade em que muitos dos nossos escolares, por infelicidade nem sempre remediável, se deixam arrebatados pelo efeito do pauperismo, que por si mesmo, é um dos mais sérios obstáculos da escola primária entre nós (O ACRE, 22 dez. 1940, p. 6)³.

O jornal *O Acre* buscava comocionar os leitores para uma questão real enfrentada nas escolas, apelando a sentimentos como o “amor pelas crianças” para a solução do problema do “pauperismo dos escolares”. A escola pública, quando garantia o acesso, na maioria das vezes, não garantia a permanência das crianças pobres, dado que até os dias atuais se faz presente. As exigências quanto à uniformização – roupas e calçados, materiais escolares bem como um determinado tipo de comportamento – servem de exemplo do que acabava gerando a exclusão da criança pobre da escola.

Na década 1930 houve uma ação desenvolvida em relação à assistência à criança escolar pobre por determinação da Resolução nº 5, de 31 de maio de 1930, que regulamentou a Instrução Pública no Território e, entre outros aspectos, o funcionamento das caixas escolares. A Caixa Escolar, como observam Alana Luz e Juarez dos Anjos (2022, p. 176),

[...] foi e ainda é – de fato sua história chega até nossos dias – um mecanismo de financiamento da educação de alunos pobres ou, como diríamos no presente, em situação de vulnerabilidade social. Ventilada ainda em fins do Império como uma estratégia que poderia criar condições de exequibilidade da escolarização do estudante pobre, fornecendo-lhe roupas e materiais escolares, por exemplo, teve largo emprego ao longo do período republicano, mantendo-se em funcionamento, no presente, em muitos estados brasileiros.

³ Na transcrição das fontes, optamos por manter a ortografia da época.

Assim, vemos a escola acreana apropriando-se de um modelo de assistência escolar já há muito conhecido no país, mas que aparece como inovação no seu sistema de ensino, a julgar pelo destaque com que a nova legislação foi divulgada nas páginas de *O Acre*. O capítulo II da Resolução nº 5, de 31 de maio de 1930, trata das caixas escolares, assim descritas:

Art. 135 – Em cada Município deverá existir uma caixa escolar afim de beneficiar todos os alumnos necessitados das escolas municipais e territoriais.

Art. 136 – Estas caixas serão dirigidas por um presidente, que será o inspetor escolar do Município, um secretario e um thesoureiro, cargos que serão ocupados por professores.

Art. 137 – Cada escola continuará uma secção da caixa, que será administrada por uma directoria própria.

Paragrapho Único: estas secções ficarão subordinadas à directoria geral da caixa.

Art. 138 – As caixas escolares reger-se-ão por estatutos aprovados em assemblea geral de professores (O ACRE, 08 jun. 1930, p. 4).

Se a Caixa Escolar comparece como uma iniciativa do governo do Território do Acre, sua materialização seria tarefa dos inspetores escolares dos municípios (aos quais competiria a presidência do órgão auxiliar da escola) e dos professores (que deveriam ocupar os cargos de secretário e tesoureiro). Temos, assim, agentes da escolarização promovidos a agentes de assistência aos escolares, num acúmulo de funções educativas com funções assistenciais. Se isso era compulsório, a lei deixava alguma margem de liberdade para a escola no que competia aos seus estatutos específicos, que deveriam ser aprovados pelos docentes, nos quais se poderia especificar melhor como os recursos seriam levantados e empregados.

Em 1931 é criado o Estatuto das Caixas Escolares. A seguir, destacam-se seus objetivos e sua constituição:

Art.1º o objetivo principal é cooperar com a difusão do ensino primário, promovendo meios tendentes para melhorar as condições das escolas, prestando assistência às crianças pobres e possibilitando a sua frequencia as escolas.

Art. 2º O patrimonio da CAIXA será constituído pelas contribuições dos sócios, donativos, legados, subvenções voltadas pelos poderes públicos, productos

de festas beneficentes e quaesquer auxílios de associações particulares (O ACRE, 15 jun. 1931, n.p.).

O Estatuto das Caixas Escolares deixava mais claro que o objetivo central da caixa era prestar “assistência às crianças pobres” e possibilitar “a sua frequência às escolas”. As formas de arrecadação são também definidas: contribuições de sócios da caixa, donativos, subvenções, festas beneficentes e “quaisquer auxílios de associações particulares”. Nesse ponto, as estratégias de obtenção de recursos proposta para as caixas escolares no Acre se assemelham às adotadas em outras partes do Brasil na mesma época (LUZ; ANJOS, 2022). Mais do que uma cópia de serviços de assistência, há aqui uma preocupação em colocar em prática formas concretas de auxiliar os estudantes pobres no seu processo de escolarização.

Percebe-se, pela leitura do jornal *O Acre*, que ao longo da década de 1930 houve a arrecadação de dinheiro por meio da Caixa Escolar, e as contribuições vinham de pais e professores bem como de atividades promovidas pelo que viria se constituir no Círculo de Pais e Mestres, reconhecido também como Clube de Pais e Mestres, conforme estabelece o Regulamento da Instrução Pública, referido anteriormente (O ACRE, 08 jun. 1930). Pode-se afirmar que as atividades desempenhadas pela Caixa Escolar mantiveram-se bastante ativas, subsidiando diversos tipos de materiais, roupas e alimentos aos escolares pobres bem como oportunizando, dessa maneira, sua permanência na escola.

Na década de 1940, novos apelos eram feitos para que as crianças permanecessem na escola e novos mecanismos foram propostos para tal finalidade:

Instituições auxiliares da escola precisam ser criadas e mantidas com o fim de resolver este importante capítulo da educação.[...] As caixas escolares, o copo de leite, a sopa escolar, as cooperativas, são complementos da educação ao mesmo tempo que oferecem oportunidade para levar-se a cabo a educação primária da prole às vezes bem numerosa.

O governo lhes dá professores porém ainda assim é custoso o sustento dos filhos nas aulas mesmo gratuitas. [...] As crianças pobres são em grande porcentagem, nas escolas públicas. Sua condição de menor abastança constitui, por si só, a causa de uma inferioridade que faz retardar o desenvolvimento da inteligência (O ACRE, 22 dez. 1941, p. 6).

A notícia acima dá a entender – inclusive pela ausência de outras referências anteriores – que, das instituições auxiliares da escola mencionadas pela jornal, com exceção da Caixa Escolar já existente desde 1930, as demais iniciativas, como o “copo de leite, a sopa escolar, as cooperativas”, eram planos que não haviam se realizado ainda. Ou seja, somente a Caixa Escolar não dava conta de sanar todas as necessidades de assistência que os escolares demandavam, e outras medidas eram reclamadas. É dentro desse contexto que surge a Sociedade Pestalozzi do Acre, de que nos ocuparemos nas linhas a seguir.

A Sociedade Pestalozzi do Acre

Nos anos 40 ainda houve a permanência das ações da Caixa Escolar, mas com menor registro nas fontes, notando-se que tais ações passaram a ser assumidas por uma instituição filantrópica criada em Rio Branco, com o objetivo de prestar auxílio aos escolares com carências materiais, por iniciativa do Rotary Clube de Rio Branco: a *Sociedade Pestalozzi*.

Acaba de ser fundada em Rio Branco, por louvável iniciativa dos elementos do Rotary Clube local, a Sociedade Pestalozzi, do Território Acreano.

Em duas palavras poderá ser traduzido o significado profundo dessa iniciativa dos rotarianos: patriotismo, assistência.

Sua finalidade é daquelas que bem merecem apoiadas por quantos desejam engrandecimento desta terra longínqua, onde sem forças bem conduzidas, sem energias bem ordenadas, em apoio direto e constante ao governo, passará sob os anos, seu destino, sem as mudanças, sem as mutações para o crescendo social, político econômico. Efeito da compreensão do papel na democracia, esse ato inspirado dos rotarianos constitui-se uma coluna elevada, que muito ajudará aos homens de governo, na realização de um programa de atividade positiva em prol do Acre e dos acreanos (O ACRE, 03 nov. 1946, p. 8).

A Sociedade Pestalozzi foi criada a partir da iniciativa de Helena Antipoff, pedagoga e psicóloga russa que veio trabalhar no Brasil a convite do governo de Minas Gerais, por volta de 1929, devido às suas altas qualificações. Formou-se na Rússia, mas foi na Suíça que estudou com Edouard Claparède e, posteriormente, realizou alguns trabalhos no Instituto Jean Jacques Rousseau.

Helena Antipoff foi referência no trabalho pedagógico com crianças excepcionais (RAFANTE, 2006).

No Acre, conforme noticiado, o nome de batismo dessa sociedade foi devido ao trabalho de

[...] João Pestalozzi, o grande pedagogo, o notável educador da criança, o arauto fundador da nova escola de pedagogia social e moral, o escritor clássico, por excelência, sobre educação popular, métodos que ainda hoje, quase dois séculos passados, são seguidos e adotados como os mais adequados e eficientes a formação integral da criança (O ACRE, 27 out. 1946, p. 3).

Dentre os objetivos principais que essa organização pretendeu alcançar, estava o de manter meios para que as crianças permanecessem na escola e cumprir com o plano de orientá-las conforme os moldes idealistas de formação de civilidade, suprindo-as de “material didático, uniformes e merenda escolares, consultório médico-dentário pedagógico, cooperativa escolar, clube agrícola e de saúde”, além de estabelecer o “serviço de caixa de assistência”. Tais medidas foram colocadas à disposição dos escolares. Desse modo, a organização considera-se “alcançando seu objetivo primacial, que é assistir o cidadão para a grandeza e orgulho da PÁTRIA” (O ACRE, 27 out. 1946).

Aqui dois aspectos merecem ser destacados. De um lado, a originalidade da Sociedade Pestalozzi do Acre. Diferentemente das demais que levam esse nome no Brasil, voltadas à educação de crianças com deficiências, essa se dedica à assistência do escolar pobre, visando angariar meios que garantam sua permanência nos bancos escolares. Por outro lado, embora seja criada após o fim do Estado Novo e tenha atuado nos primeiros anos da redemocratização, fica patente que seus objetivos assistenciais eram muito semelhantes aos da Era Vargas, de modo que entendemos ser uma instituição tributária do mesmo ideário de assistência que vigorou durante aquele governo.

A Sociedade Pestalozzi conclamou, para o alcance de seus objetivos, “todas as forças vivas do território” para que a móvel organização, por meio de seus membros voluntários, oferecesse a manutenção dos serviços elencados acima, cumprindo, assim, o

que determinava em seu Estatuto de Criação, o qual previu em seu Capítulo I, artigo 1º:

- a) Auxiliar o escolar com material didático, vestuário, alimentação, medicamentos e, assim, favorecer sua frequência à escola até que tenha concluído o curso primário;
- b) Proporcionar meio de recreação sadia e acessível à grande maioria das crianças;
- c) Estimular e orientar o cultivo da terra, com o fim de melhorar a alimentação (O ACRE, 15 dez. 1946, p. 5).

Essas forças às quais a sociedade faz menção referem-se ao apoio de órgãos de proteção e amparo à infância, como o Departamento Nacional da Criança, a Legião Brasileira de Assistência, o Serviço Especial de Saúde do Território e o Serviço de Documentação do Ministério de Agricultura.

Com o apoio dessas entidades, em 1946 a Sociedade Pestalozzi deu início a seus trabalhos na capital acreana. Ao longo desse ano, providenciou a confecção e a entrega de trezentos e sessenta e sete uniformes aos escolares, e duzentas e sessenta e quatro crianças receberam merenda escolar e “farto material didático”, perfazendo, no total desse investimento, Cr\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil cruzeiros). Outra observação anunciada foi em relação à frequência das crianças na escola: em 1946 era de 50%, passando para 85% em 1947 (O ACRE, 10 ago. 1947, p. 8).

As verbas para custear os benefícios que a Sociedade Pestalozzi empreenderia vieram de contribuições de seus associados, conforme previsto em seu Estatuto, Capítulo III, artigo 7º, Dos sócios:

- a) contribuintes – os que concorrerem para a sociedade com uma quota mensal não menor de cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00);
- b) colaboradores – os que, além da quota mensal em dinheiro, trouxerem à Sociedade o concurso permanente de seu esforço pessoal;
- c) protetores – os que contribuírem para a Sociedade, mensalmente, com quantia igual ou superior a cem cruzeiros (Cr\$ 100,00);
- d) benfeitores – os que doarem à Sociedade quantia igual ou superior a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00);
- e) beneméritos – os que prestarem serviços relevantes reconhecidos e assim julgados em pronunciamento unânime de Assembleia Geral dos sócios;

f) honorários – aqueles a quem a Sociedade julgar acertado conferir esta distinção (O ACRE, 15 dez. 1946, p. 5).

A cada publicação da Sociedade Pestalozzi, o convite para se associar a ela era reforçado de tal maneira que ninguém ficasse sem contribuir.

Nada mais justo que essa benemerita Sociedade receba o apoio de homens de espírito bem formado, para que seu quadro social aumente elevando-se o seu quadro de sócios contribuintes, pois, assim maiores facilidades terá essa instituição de ampliar seus benefícios.

O chefe de família ou mesmo o cidadão solteiro que percebe uma diária de quarenta cruzeiros ou mais, poderá, sem sacrifício algum contribuir com uma mensalidade de cinco cruzeiros, ou seja, a irrisória quantia de pouco mais de dezesseis centavos

(O ACRE, 07 mar. 1948, p. 1).

Segundo foi noticiado pela Sociedade Pestalozzi em 1949, nos três anos anteriores houve um aumento significativo da entrada de crianças no ensino primário. Em 1946 o número de crianças era de 928 e em 1949 passou a ser de 1.982. A elevação dessa taxa, na perspectiva da sociedade, deveu-se aos incentivos à realização de novas matrículas e aos esforços em garantir a permanência das crianças na escola até completarem o ensino primário (O ACRE, 02 out. 1949, p. 3). Destacam-se o reforço constante à manutenção das contribuições dos sócios e o apelo para que novas pessoas se integrem à sociedade: “Auxiliar a Sociedade Pestalozzi é favorecer a criança de hoje, ajudando a formar o homem de amanhã, de quem depende o futuro do nosso Brasil” (O ACRE, 02 out. 1949, p. 3). Até fins da década de 1940, marco final desta pesquisa, o foco da Pestalozzi acreana continuou em manter as crianças pobres na escola, suprindo-lhes com as devidas condições materiais.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo analisar os serviços de assistência escolar voltados à criança pobre no Território Federal do Acre entre as décadas de 1930 e 1940.

Dialogando com o ideário nacionalista e assistencialista em circulação na Era Vargas – e mesmo nos primeiros anos pós-Estado Novo –, foram identificados, nas páginas do jornal *O Acre*, dois

tipos de serviços voltados à assistência na criança pobre na escola acreana: a Caixa Escolar e a Sociedade Pestalozzi do Acre.

No que diz respeito à Caixa Escolar, pudemos observar que, embora seja um modelo de assistência anterior ao período em tela, foi apropriada no território do Acre como uma inovação, havendo investimento na arrecadação de recursos a serem destinados aos estudantes pobres ao longo de toda a década de 1930, ainda que nem sempre tenhamos podido obter maiores detalhes sobre seu funcionamento, em função de limitações empíricas, próprias da fonte consultada.

No que toca à Sociedade Pestalozzi do Acre, tivemos oportunidade de notar que, diferentemente de suas congêneres, esta não se dedicou ao atendimento da criança com deficiência, mas, antes, do escolar pobre, promovendo o provimento material do estudante carente e obtendo, inclusive, resultados significativos nos anos finais da década de 1940, conforme evidenciado pelo jornal *O Acre*. Ainda que essa instituição tenha sido criada já no período de redemocratização, ela, sem dúvida, partilhava dos mesmos ideais assistencialistas da Era Vargas.

Em estudos futuros, seria oportuno avançar cronologicamente, a fim de serem analisadas permanências ou rupturas nos modelos de assistência ao estudante pobre na escola acreana, seja pelo surgimento de novas iniciativas ou pela manutenção e transformação dos serviços aqui identificados. Nesse sentido, este artigo oferece uma primeira contribuição para o estudo desse aspecto do passado educacional de uma região ainda pouco visitada pela historiografia da educação.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1963.

BAIA HORTA, José Silvério. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)*. Campinas: Autores Associados, 2012.

DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para*

o século XVIII. São Paulo: companhia das Letras, 2005, p. 40-90.

DARNTON, Robert. Introdução. *In*: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) *Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15-20.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005, p. 127-141.

LUZ, Alana Souza; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A caixa escolar na historiografia da educação brasileira recente (2011-2021). *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 39, p. 175-193, maio/ago. 2022.

MIGUEL, Maria Elisabeth B. *et al.* Saberes e Práticas Educativas de Saúde Infantil nas iniciativas públicas e privadas no século XX. *In*: JORNADA DO HISTEDBR, 8., 2008, São Carlos. *Anais [...]*. São Paulo: UFSCar, 2008.

MUNAKATA, Kazumi. Como o ar que se respira: uma resenha de algumas ideias que se disseminavam pelo Brasil nos anos 30. *Horizontes*, Bragança Paulista, n. 14, p. 187-213, 1996.

O ACRE. Rio Branco, 02 out. 1949.

O ACRE. Rio Branco, 03 nov. 1946.

O ACRE. Rio Branco, 07 mar. 1948.

O ACRE. Rio Branco, 08 jun. 1930.

O ACRE. Rio Branco, 10 ago. 1947.

O ACRE. Rio Branco, 15 dez. 1946.

O ACRE. Rio Branco, 15 jun. 1931.

O ACRE. Rio Branco, 22 dez. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 22 dez. 1941.

O ACRE. Rio Branco, 27 out. 1946.

PEREIRA, André Ricardo. A Criança no Estado Novo: uma leitura na Longa duração. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999.

RAFANTE, Heulalia C. *Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a Fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho*

dos meninos excepcionais de 1940-1948. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* *Tempos de Capanema*. São Paulo: Edusp e Paz e Terra, 1984.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: EDUNESP, 2008.

SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. *In*: GOMES, Ângela Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000, p. 221-250.